

AUTORREFORMA SINDICAL FORTALECERÁ PROTAGONISMO DA CLASSE NO EMBATE PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

João Felício, secretario de relaciones internacionales

de la CUT, Central Única dos Trabalhadores

Presentado al Programa de Trabajo sobre

Autorreforma Sindical de CSA, 2014

A Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) tem colocado a autorreforma sindical como uma das suas prioridades para aprimorar a relação com a base, a fim de ampliar a participação e o protagonismo, essenciais para fortalecer a pressão sobre empresas e governos e garantir melhores negociações coletivas.

Temos a compreensão de que a autorreforma é um elemento prioritário e dinamizador da agenda sindical, pois dialoga com a defesa de direitos fundamentais do trabalhador, com direitos humanos. Há legislações existentes que além de não ajudar no fortalecimento das organizações sindicais, atrapalham, atuando abertamente para que não existam ou sejam riscadas do mapa. Cito o exemplo dos Estados Unidos, onde para estruturar uma entidade é necessária a adesão de 50% mais um dos trabalhadores, o que tem contribuído para agravar a crise econômica interna ao asfixiar o poder de compra dos salários e achatando direitos.

O resultado perverso da aplicação deste receituário é mais do que evidente. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que a proporção da retribuição do trabalho na renda nacional diminuiu em 26 das 30 economias desenvolvidas de 1990 a 2009 e que o percentual médio da participação do trabalho na renda nacional nestes países se reduziu de 66,1% a 61,7%, com a economia estadunidense patinando.

Estudos recentes apontam que nas últimas três décadas o 0,1% do extremo superior da pirâmide, a nata das transnacionais e do sistema financeiro, multiplicou quase por quatro os seus ingressos nos EUA e na Inglaterra e por mais de três na Austrália. A elevada desigualdade também fulmina Israel e começa a chegar com força na Alemanha, Dinamarca e Suécia, alertam os economistas.

Se a crueza dos números salta os olhos, infelizmente também é forçoso reconhecer que há problemas por parte de muitas organizações de trabalhadores. E não são poucos.

Há países que usam e abusam do autoritarismo para impedir ou obstaculizar a negociação coletiva, existem os que estimulam uma fragmentação exagerada dos sindicatos para tirar proveito da fragilidade e há também dirigentes que se utilizam da fragmentação para construir seu reino à parte, ainda que seja tão somente figurativo, sem poder real nenhum.

No Brasil, temos aproximadamente 16 mil sindicatos, parcela expressiva sem representação, completamente inoperante, e que, portanto, presta um desserviço à luta. Pelas debilidades não conseguem colocar na agenda a pauta da própria categoria a que deveriam representar, o

que se revela desastroso do ponto de vista classista. Devem haver instâncias, que precisam ser respeitadas, sendo profundamente lastimável que muitas entidades continuem sem ouvir a base na tomada de decisões.

A minha compreensão é de que falta disposição, boa vontade e compromisso por parte de algumas lideranças que acabam tendo mais apego ao cargo, ao aparelho, do que ao trabalhador. As entidades precisam estar mais vinculadas ao dia a dia, à luta concreta por maiores salários, menores jornadas, relações de trabalho mais justas, educação, qualificação, saúde e segurança. Sindicatos grandes, por Ramo de atividade, têm mais e melhores condições de responderem a estas demandas. Nosso objetivo deve ser a construção de sindicatos enraizados no local de trabalho, democráticos, abertos à fiscalização da categoria, que se utilizem da transparência, que tenham seus recursos canalizados para a luta, para a mudança da realidade. Uma organização sindical de trabalhadores deve ser, antes de tudo, uma organização classista, principalmente neste momento em que muitos governos e empresas tentam jogar o peso da crise internacional sob os ombros dos trabalhadores.

A melhor resposta é sempre coletiva, pois reúne acúmulos, vivências, experiências. Daí a importância do Sindicato de massa, que é mais expressivo tanto na sua relação com a base como com a sociedade, o que faz toda a diferença na hora de enfrentar os interesses do capital. Quanto maior for a entidade, mais força política ela tem para se contrapor ao receituário de desmonte do Estado, de retirada de direitos e arrocho salarial. Da mesma forma, em países que buscam construir uma alternativa, as entidades terão mais condições de serem ouvidas, de fazerem suas propostas ganhar terreno. Um Sindicato grande, de abrangência nacional, é profundamente expressivo, diferente dos pequenos, com poucos sócios, que terão muito reduzida

capacidade de resistência e, evidentemente, quase nenhum protagonismo e menor ainda possibilidade de conquista. Por isso lutamos para realizar uma mudança efetiva na legislação a fim de garantir o direito à liberdade e à autonomia sindical, consagrados nas Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho. Acima de tudo este deve ser um compromisso político-ideológico.

Para levarmos adiante esta pauta e sairmos vitoriosos deste embate temos claro que a comunicação com a base é essencial, evitando decisões unilaterais de diretoria sem qualquer respaldo - como ocorrem constantemente em entidades que desrespeitam suas instâncias de decisão – e fortalecendo sua formação, musculatura indispensável para seguirmos avançando coletivamente, com os quadros respondendo à altura dos desafios colocados.

Vivemos um momento de radicalização da luta de classes, gostemos ou não, em que empresários e banqueiros buscam aumentar seus lucros, ampliando sua exploração, avançando sobre os direitos dos trabalhadores. A crise que se arrasta desde 2008 é um exemplo disso, onde os ricos se aproveitaram da crise para ficarem mais ricos, deixando os pobres mais pobres. Agora, depois de terem socorrido o grande capital, os governos estão aprofundando ainda mais a desigualdade, colocando parcelas expressivas dos recursos públicos à disposição do sistema financeiro. Fazem reformas trabalhistas, previdenciárias e de todo tipo para atender às exigências do mercado. As imposições do Banco Mundial e do FMI para países como Grécia, Espanha e Portugal comprovam esta afirmação. Do ponto de vista das nações, este receituário perverso se mantém, com os países ricos sugando, anualmente, centenas de bilhões de dólares dos países pobres, mantendo uma lógica injusta e perversa que representa a negação da soberania, pois atenta contra o desenvolvimento político, econômico e social dos nossos países e povos. Os dirigentes sindicais precisam ter clareza disso.

Frente à complexidade das tarefas colocadas, minha avaliação é de que as secretarias de Formação e Comunicação das entidades devem funcionar articuladas para cumprir com este novo papel. Se os meios de comunicação e os governos disputam cotidianamente corações e mentes, as entidades sindicais precisam disputar também. Fazer mais e melhor. E isso significa investimento, persistência e profissionalismo. Não pode ser algo de vez em quando, pois precisamos de um polo afirmativo no enfrentamento a problemas que se agudizam, reflexo de uma sociedade extremamente desigual. Ou não persistem diferenças absurdas entre homens e mulheres? Ou a juventude deixou de ser penalizada e as políticas públicas de emprego correspondem às suas necessidades? Ou a discriminação de negros e da população LGBT é uma invenção? Acreditamos que o momento é de reforçar os Sindicatos com ações que saibam aliar a pauta iminente trabalhista com o compromisso histórico de fazer os grandes embates políticos para aprofundar as mudanças no mundo do trabalho e na sociedade. E para isso é preciso mudar a cabeça do Sindicato para que defenda um projeto ativo, propositivo, sem ser partido político.

Obviamente não somos neutros: afirmamos a opção pela pauta do desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho. Temos lado.